



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE (CPA/UFF)**

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, compareceram à Sala de Reuniões do aplicativo Google Meet, os seguintes membros da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal Fluminense (CPA/UFF), atendendo à convocação de reunião ordinária: Jorge Simões de Sá Martins, Pedro Paulo da Silva Soares, Flávia Clemente de Souza, Maria Onete Lopes Ferreira, Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira, Débora de Souza Janoth Fonseca, Elisabete Cruvello, Jurésia Souza, Maria Carolina dos Santos Freitas e Reinaldo Ramos da Silva, técnico em assuntos educacionais da CPA, secretariando a sessão. A reunião fora convocada para discussão da seguinte pauta: 1) Aprovação da ata anterior; 2) Informes; 3) Avaliação dos egressos; 4) Avaliação do período de ensino/trabalho remoto; 5) Assuntos gerais. Iniciando a sessão, o presidente da comissão, professor Pedro Paulo da Silva Soares abordou o tópico de número um da pauta, **aprovação da ata anterior**, havendo esta sendo aprovada de forma unânime. Avançando para o item de número dois, **informes**, o presidente fez saber da suspensão da avaliação para docentes em estágio probatório e mencionou a opção em enviar os relatórios de avaliação na forma copia oculta, quanto ao endereço de emails dos destinatários. O professor mencionou ainda uma reunião realizada por ele junto a alunos da medicina, visando o convencimento para participarem da avaliação via SAI, uma vez que este curso apresenta baixa adesão histórica a este instrumento. Apontou os comentários recebidos via email enviados pela professora Marília Arreguy da FEUFF sobre a análise dos dados dos relatórios de avaliação, sugerindo um aprofundamento da mesma. O professor Pedro ponderou que esta tarefa se trata de uma atribuição das CAL e não da CPA especificamente, cabendo a esta apenas a produção e encaminhamento dos dados. O professor Pedro ainda mencionou o recebimento de outro email em resposta ao envio dos formulários de avaliação referentes a 2019/2 solicitando uma separação por cursos das avaliações de disciplinas. O professor informou que iria verificar com o STI esta possibilidade. Na sequência a professora Flávia reforçou a necessidade da CPA tornar a promover seminários de esclarecimento acerca do trabalho das CAL junto aos diversos institutos e faculdades, visando reparar a falta de conhecimento satisfatório destas atribuições, segundo sua percepção. Após, a servidora Débora expôs que existem disciplinas que são oferecidas a mais de um curso, o que a faz questionar o risco de favorecer a chance de identificação dos respondentes se houver separação por cursos. Continuando, o professor Jorge pontuou que disciplinas de mesmo código são ofertadas para vários cursos e por isso concorda com Débora sobre o problema do risco de perda de anonimato para os

respondentes, completando que há professores distintos para as mesmas disciplinas, sendo variáveis somente os códigos de turma. Desta forma, o professor não é avaliado individualmente, mas sim a disciplina. A professora Gerlinde apontou para a importância do uso dos campos abertos para formulação de críticas e elogios. A professora Elisabete aproveitou para registrar que no departamento de didática é corrente a abertura de vagas para diversos cursos de outras faculdades. Adentrando no terceiro item da pauta, a **avaliação de egressos**, o presidente da CPA informa ter conversado com o servidor Thiago Nazareth, do STI, que deu conta de que já existe estrutura para avaliação de egressos e que a deflagração da campanha carece de ampla divulgação. O mesmo ainda apontou a possibilidade da utilização preferencial do sistema SCS para essa finalidade, sendo necessário definir o momento e forma do chamado. O mesmo ponderou a necessidade de preparar-se o material de divulgação, cabendo para o mês de janeiro a possibilidade de abertura do sistema. Após sua fala, a servidora Débora comentou que a plataforma SCS fornece a base correta de dados dos egressos e que, ao abrir o chamado junto ao STI, devemos indicar quais egressos serão o público alvo, para na sequência buscar-se os contatos e realizar os disparos. A servidora ainda observou que em janeiro haverá inscrição online de alunos matriculados, sendo interessante aguardar a finalização desta etapa para iniciar-se a campanha de avaliação de egressos, com vistas a evitar sobrecarga do sistema. O professor Pedro retomou a palavra para informar que teremos então que decidir qual o alcance, público alvo e momento de abertura para a efetivação deste item de pauta, sendo encaminhada a necessidade de agendar com o servidor Thiago Nazareth uma reunião com os interessados da CPA visando a deliberação destes tópicos. Chegando ao quarto item da pauta, a **avaliação do período de ensino/trabalho remoto**, o presidente da CPA opinou quanto à dificuldade de ordem técnica e administrativa em se alterar a estrutura e o formato do atual instrumento e que tal feito só seria possível com intervenção da governança da UFF. Ponderou ainda que a possibilidade de migração para a ferramenta Google Forms é em grande medida temerária, pois não protege dados nem a privacidade dos usuários. Frisou que todas as deliberações acerca deste item demandam a formação de um grupo de trabalho especialmente formado para a construção do instrumento de avaliação transitório, a ser aplicado enquanto vigir a condição de excepcionalidade que ensejou a necessidade da instituição do modelo de ensino remoto na universidade. A servidora Débora reforçou sua desconfiança quanto à segurança do serviço oferecido pela plataforma Google Form. Apontou ainda que uma migração para outra plataforma incorreria na quebra da série histórica armazenada no banco de dados do SAI. Para a mesma, uma possibilidade seria suspender a avaliação para os dois semestres letivos de 2020 enquanto o STI se estruturaria para desenvolver os novos instrumentos, a serem aplicados a partir do primeiro semestre letivo de dois mil e vinte e um, conforme o calendário da UFF. O professor Jorge complementa sua fala apontando que lhe dói imaginar que passaremos um tempo sem avaliação, mas que não se pode arriscar a segurança do processo com o uso ferramentas externas. A professora Gerlinde aproveita para considerar que tem ciência da sobrecarga atual do STI, sugerindo a inativação de questões que não se aplicam em tempos de ensino remoto e deixando a avaliação para o meio do ano de dois mil e vinte e um, de modo a evitar coincidências de datas com períodos de inscrição, ajuste e lançamento de notas. O presidente da CPA aproveitou a oportunidade para comunicar que entrará em contato com o servidor Hélcio para discutir a viabilidade técnica destas sugestões. A seguir, a professora Flavia também se posicionou

contrariamente à utilização do Google Forms, e ainda apontou que os profissionais e estudantes estão sendo sobrecarregados com avaliações que se sobrepõem e cujos resultados não lhes são apresentados em nenhuma devolutiva. Posicionou-se também contrária à interrupção da série histórica e, caso o STI não apresente uma solução técnica viável que contorne a questão, seria melhor suspender a avaliação enquanto durar o período de ensino remoto. Após, o professor Pedro mencionou que se deve criar um instrumento diverso ou ajustar o atual, inativando questões que não tenham pertinência ao período remoto. Em seguida o professor Jorge citou sentir-se em dificuldade para ponderar as possibilidades sem antes ter um posicionamento técnico do STI, também concordando com o ponto observado por Flavia acerca do problema da sobreposição de formulários de avaliação. Considerou ainda que talvez seja de fato mais apropriado aguardar até o final do segundo semestre letivo de dois mil e vinte para definir a questão, lembrando que sequer foi adentrado o debate acerca das perguntas do instrumento, sugerindo começarmos o trabalho a partir do esboço realizado pela professora Gerlinde, visando a aplicação de questionários piloto e a definição dos objetivos. A professora Onete considerou que não devemos de fato nos precipitar nas decisões. Após, o professor Pedro concluiu haver um consenso em torno da necessidade de aguardar enquanto não sabemos quais as soluções que serão apresentadas pelo STI e que tal resposta não virá antes de fevereiro, sendo portanto a solução momentânea a criação conjunta do protótipo de um instrumento a ser realizada de forma assíncrona pelos membros da CPA ao longo de janeiro. Em seguida a professora Gerlinde concordou com a necessidade de realizar esta etapa com o devido vagar. O professor Jorge então ponderou que há um acúmulo de cansaço todavia mais intenso no ensino remoto, sendo necessário identificar a pertinência das atuais perguntas e refletir em outras que lhes sejam substitutivas. O professor Jorge ainda mencionou o trabalho que é realizar adequação de um instrumento cujo desenvolvimento já foi dificultoso para um sistema com o qual todos já são habituados, sendo que o ensino remoto torna a tarefa todavia mais árdua. A professora Elisabete pontuou em seguida que o desenho didático do ensino remoto emergencial é muito diferente do presencial e que é importante definirmos o que desejamos saber e descobrir o que aconteceu na Universidade na vigência deste período excepcional, frisando que o novo instrumento pode ser mais enxuto que o tradicional. A professora Flavia prossegue indicando que não percebe problema na utilização das mesmas perguntas como base para a nova avaliação, e que sua preocupação gira em torno das condições técnicas do STI para criar uma forma de separar o resultados para que não houvesse perda da série histórica e que a definição do desenho da nova proposta de avaliação deverá ser pensada à luz das possibilidades ofertadas pelo STI. Em seguida a professora Juresia ressaltou que o ensino remoto é novo e por isso é preciso pensarmos detida e meticulosamente no que desejamos avaliar de forma efetiva. O presidente da CPA interveio para observar que o que pretende-se construir ainda não é contemplado ainda em nenhum sistema de avaliação oficial, indagando-se inclusive se o instrumento terá valor institucional efetivo. Após, a professora Elisabete ponderou que para avaliar adequadamente o ensino remoto é necessária a construção de instrumentos novos, pois trata-se de uma realidade absolutamente distinta do ensino presencial. O professor Pedro retoma a palavra para encaminhar a proposta de discutir-se o instrumento e avaliar sua abrangência e emprego, considerando se o mesmo será equiparado aos anteriores ou não. Indagou se a deliberação acerca deste ponto deveria ser feita pela CPA em sua totalidade ou através da formação de um grupo específico de trabalho. Em todo caso,

considerou novamente a necessidade de aguardar posicionamento do STI, obtendo consenso para a construção de uma agenda de trabalho com essa finalidade, cujo esboço inicial estará a cargo da professora Gerlinde, que anuiu à indicação. Foi passada a palavra ao professor Jorge, que assinalou a importância da realização de um “dever de casa”, qual seja, analisar o atual instrumento e avaliar a pertinência de cada pergunta e cotejar com esboço apresentado pela professora Gerlinde, considerando ele que o momento ideal para a definição desta questão em reunião da CPA seja o mês de fevereiro, pontos anuídos novamente pela professora Gerlinde e ratificados pelo professor Pedro, guardando o mês de janeiro e talvez fevereiro para o correr das conversas acerca do tema via trabalho assíncrono. A professora Gerlinde registrou que entraria em contato com profissionais da UNICAMP e de Ribeirão Preto que já teriam grupos de estudo avançados na discussão de metodologias de avaliação para situações análogas à da UFF. Chegando ao item final, **informes**, a professora Onete lembrou da realização de processo eleitoral para a escolha de representantes dos institutos junto à ADUFF, estando ela representando a chapa “Renova Andes”, solicitando a participação dos colegas no pleito. O professor Pedro lamentou o pouco engajamento de docentes recém concursados na vida administrativa e política da UFF.

Nada mais havendo a declarar, o Prof. Pedro Paulo da Silva Soares encerrou a reunião e eu, Reinaldo Ramos da Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo professores Pedro Paulo da Silva Soares, que presidiu a reunião na qualidade de membro docente titular da Comissão. Niterói, quinze de dezembro de dois mil e vinte.



Reinaldo Ramos

Secretário - SIAPE



Jorge Simões de Sá Martins

Vice-presidente da CPA – 1352870



PEDRO PAULO DA SILVA SOARES

Presidente da Comissão Própria de Avaliação